

## Entre a Democracia e o Neoliberalismo: reflexões sobre a construção da Universidade Federal de Catalão

Between Democracy and Neoliberalism:  
reflections on the construction of the Federal University of Catalão

Entre Democracia y Neoliberalismo:  
reflexiones sobre la construcción de la Universidad Federal de Catalão

Ana Paula Dias Pires 

Universidade Federal de Catalão

Ludmila Jardim da Conceição  

Universidade Federal de Catalão

Rita Tatiana Cardoso Erbs  

Universidade Federal de Catalão

### Resumo

O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os conceitos de democracia, neoliberalismo e trabalho no contexto universitário, explorando as tensões entre a democratização do ensino superior e seus impactos nas estruturas institucionais, históricas e sociais. De natureza teórica, procura-se estabelecer um diálogo entre as ideias de Marilena Chauí e Jacques Derrida, articulando diferentes autores e conceitos para analisar os desafios enfrentados pelas universidades contemporâneas. Como estudo de caso, tomamos a recém-criada Universidade Federal de Catalão (UFCAT), que, em sua recente formação, reflete os conflitos e dificuldades conceituais e práticas presentes em outras instituições de ensino superior. O artigo busca discutir como as pressões neoliberais e as demandas por democratização influenciam a dinâmica universitária, destacando os desafios de conciliar acesso amplo com qualidade acadêmica em um cenário de disputas políticas e sociais.

**Palavras-chave:** Universidade; Democracia; Neoliberalismo.

### Abstract

The article proposes a critical reflection on the concepts of democracy, neoliberalism and work in the university context, exploring the tensions between the democratization of higher education and its impact on institutional, historical and social structures. In terms of theory, the aim is to establish a dialogue between the ideas of Marilena Chauí and Jacques Derrida, articulating different authors and concepts in order to analyze the challenges faced by contemporary universities. As a case study, we took the recently created Federal University of Catalão (UFCAT), which, in its recent formation, reflects the conceptual and practical conflicts and difficulties present in other higher education institutions. The article seeks to discuss how neoliberal pressures and demands for democratization influence university dynamics, highlighting the challenges of reconciling broad access with academic quality in a scenario of political and social disputes.

**Keywords:** University; Democracy; Neoliberalism.

### Resumen

El artículo propone una reflexión crítica sobre los conceptos de democracia, neoliberalismo y trabajo en el contexto universitario, explorando las tensiones entre la democratización de la enseñanza superior y su impacto en las estructuras institucionales, históricas y sociales. En el plano teórico, se pretende establecer un diálogo entre las ideas de Marilena Chauí y Jacques Derrida, articulando diferentes autores y conceptos para analizar los desafíos de la universidad contemporánea. Como estudio de caso, tomamos la recién creada Universidad Federal de Cataluña (UFCAT), que, en su reciente formación, refleja los conflictos y dificultades conceptuales y prácticas presentes en otras instituciones de enseñanza superior. El artículo pretende discutir cómo las presiones neoliberales y las demandas de democratización influyen en la dinámica universitaria, destacando los desafíos de conciliar el amplio acceso con la calidad académica en un escenario de disputas políticas y sociales.

**Palabras clave:** Universidad; Democracia; Neoliberalismo.



## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central refletir sobre os conceitos de democracia, neoliberalismo e trabalho no âmbito universitário, analisando as tensões entre a democratização do ensino superior e suas implicações nas estruturas institucionais, históricas e sociais. Busca-se, ainda, discutir como as pressões neoliberais e as demandas por democratização influenciam a dinâmica das universidades, com foco na relação entre acesso amplo e qualidade acadêmica. Para tanto, toma-se como referência as contribuições teóricas de Marilena Chauí (2001) e Jacques Derrida (2003), articuladas com outros autores, e utiliza-se a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) como estudo de caso para ilustrar os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, pautada na revisão bibliográfica e na análise crítica de textos fundamentais sobre o tema. O trabalho dialoga com as reflexões de Marilena Chauí (2001) e Jacques Derrida (2003), articulando suas ideias com outros autores e conceitos relevantes para a discussão. Além disso, adota-se a UFCAT como objeto de análise, explorando sua recente criação como articulação conceitual e prática enfrentada pelas universidades brasileiras. Inicialmente, buscamos contextualizar histórica e socialmente a universidade, bem como analisar as influências neoliberais e a reflexão sobre os desafios da democratização do ensino superior. Por fim, o artigo busca propor uma compreensão crítica das tensões e possibilidades que permeiam a universidade contemporânea.

A universidade emerge como um gesto democrático no plano intelectual, rompendo os muros dos conventos e desafiando o dogmatismo ao introduzir novas formas de compreender o mundo, com a liberdade de revisar, ampliar e transformar o conhecimento quando necessário (Buarque, 2008). Para Cristovam Buarque (2008), ao surgirem, as universidades promoveram três pilares de democratização: ao tempo que esta instituição foi capaz de derrubar os muros do convento para democratizar o conhecimento, derrubar as torres de marfim para espalhar o conhecimento, também promoveram a democratização ao oferecer os instrumentos de seu conhecimento ao conjunto da população, não só atraindo jovens do povo para a sua proposta, mas também fazendo com que o produto do conhecimento pudesse ser usado a serviço do povo, por meio das artes, da medicina e de todas as demais profissões.

Assim, os caminhos percorridos neste trabalho articulam as diversas ideias sobre a democratização e a condição da universidade na atualidade. Nosso ponto de partida baseia-se nas discussões dos autores Marilena Chauí (2001) e Jacques Derrida (2003).

A filósofa brasileira Marilena Chauí é professora emérita de História da Filosofia Moderna na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em “Escritos sobre a universidade”, as reflexões de Chauí (2001) engendram os aspectos acerca da gênese e do funcionamento da instituição. Reduzida à condição de prestadora de serviços e formação operacional da classe trabalhadora, a Universidade é gerida a partir da lógica empresarial capitalista. Sob os efeitos da política neoliberal, cujas nuances são atravessadas pelas estruturas históricas e sociais brasileiras, ela se afasta daquilo que lhe é próprio: a democracia.

Jacques Derrida, filósofo francês, atuou como professor em centros universitários franceses e norte-americanos. Aliado a essas reflexões, Derrida (2003), em “A universidade sem condições”, nos permite compreender sua crítica à incondicionalidade da Universidade, isto é, sem condições

predefinidas. Lugar “sem condições”, cuja exigência é aquela ligada ao livre exercício do pensar, capaz de tudo dizer, mesmo que a título de ficção e literatura.

Deste modo, o presente trabalho possui natureza teórica, com articulações de diferentes autores e conceitos. Pretendemos sublinhar a relação – por vezes tensão – entre a democratização do ensino superior e seus impactos nas estruturas institucionais, históricas e sociais. A Universidade Federal de Catalão (UFCAT) não é mera alegoria. Ela comporta, em sua recente criação, as dificuldades conceituais e práticas das demais universidades e que serão discutidas ao longo deste texto.

## **2. OS IMPASSES DA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

Enquanto forma sociopolítica regida pelo princípio da isonomia, igualdade de todos perante a lei, e da liberdade de publicizar suas opiniões e discuti-las, tem como base a máxima de que todos são iguais porque são livres. A forma política na qual está em jogo o conflito legítimo mediado por instituições, e não o regime de consenso. Assim internamente organizada e dividida em classes, essa forma geral de existência societária.

[...] estabelece as relações sociais, os valores, os símbolos e o poder político a partir da determinação do justo e do injusto, do legal e do ilegal, do legítimo e do ilegítimo, do verdadeiro e do falso, do bom e do mau, do possível e do necessário, da liberdade e da coerção (Chauí, 2001, p. 10).

Sob a perspectiva do regime de oposição, o conflito é uma manifestação legítima. De acordo com Chauí (2001, p. 10), as dinâmicas internas da universidade “[...] estabelece[m] as relações sociais, os valores, os símbolos e o poder político a partir da determinação do justo e do injusto, do legal e do ilegal, do legítimo e do ilegítimo, do verdadeiro e do falso, do bom e do mau, do possível e do necessário, da liberdade e da coerção”. No entanto, quando tais conflitos operam para além da mera oposição e se enveredam no campo do contraditório? Como operar via conflito quando no caso brasileiro este é considerado perigo e desordem em que a única resposta é por via de aparelhos repressivos? Como pensar uma democracia na sociedade de classes em que impera a desigualdade e cujos direitos só se concretizam pela luta de classes populares contra os privilégios da classe dominante? De que modo é possível falar em democracia quando esta encontra-se aliada ao neoliberalismo<sup>1</sup> em que o desemprego é estrutural e a terceirização sua marca?

É a partir dessas tensões que Chauí (2001, p. 13) compreende a democracia como uma tarefa difícil de se instituir no contexto brasileiro:

Em primeiro lugar, sempre foi difícil em decorrência da estrutura autoritária da sociedade brasileira; em segundo, ela se torna quase impossível diante da hegemonia econômica-política do neoliberalismo e de sua expressão social-democrata, a chamada ‘terceira via’. Em outras palavras, a polarização entre a carência e o privilégio exprime a existência de uma sociedade na qual o espaço público não consegue instituir-se (Chauí, 2001, p. 13).

<sup>1</sup> O neoliberalismo constitui-se em um viés político e econômico que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em grau mínimo. Segundo Chauí (2001), a pré-condição dessas operações se dá pela abolição do investimento estatal sobre a produção, a abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação contra greves e vastos programas de privatizações.



Nesses moldes, qual é a relação da Universidade e a sociedade? Ora, a Universidade não opera numa realidade extrassocial e política. Ela é uma instituição social, e como tal ela se realiza e exprime, produz e é produzida, de modo determinado, a sociedade em que faz parte. É uma instituição histórica e socialmente determinada. Pode então, e de que maneira, a universidade afirmar sua autonomia e incondicionalidade? Derrida (2003) apreende a expressão “sem condições” em dois sentidos primordiais. Em primeiro lugar, sem condição diz respeito a um render-se ou entregar-se, sem poder ou sem defesa. Ela se rende, se vende e se arrisca a servir apenas para ocupar, tomar, comprar. Prestes a se tornar uma agência de conglomerados e firmas internacionais, a Universidade, como discutimos anteriormente, é “sem condições” diante do modelo neoliberal e empresarial.

Para além de uma política governamental, o neoliberalismo forja um novo *ethos* na Universidade (Sobrinho, 2014). Tal construção incide sobre a gestão, as práticas pedagógicas, as relações interpessoais, os contratos de trabalho, a relação com a sociedade etc. De acordo com Sobrinho (2014), não se trata apenas de alterações relativas aos meios e práticas, mas de transformações que atingem frontalmente os objetivos e finalidades da Educação Superior.

A universidade brasileira “se democratizou”, abrindo suas portas para um número crescente de estudantes. No entanto, essa “democratização” acionou um conjunto de contradições. Em primeiro lugar, a igualdade educacional sob a forma de uma pretensa democratização nos coloca diante da crise da Universidade brasileira (Chauí, 2001) na medida em que esta começa a modificar sua função seletiva e sua ideologia de promoção e ascensão social. Em um primeiro momento da República brasileira, a dualidade do ensino brasileiro se aprofunda numa formação cultural ofertada às elites dirigentes da nação (Nagle, 1997). Nessa concepção, a educação é vista como um bem cultural pertencente apenas às elites. Foi o lugar de reprodução das relações de poder dominantes.

É importante ressaltar que essa concepção não está totalmente superada. No entanto, um novo aspecto adentra a Universidade, não mais constituída pelas elites dirigentes. “Concebida como capital, é um investimento e, portanto, deve gerar lucro social” (Chauí, 2001, p. 52). A universidade passa a ser encarada como adestramento de mão de obra para o mercado de trabalho. Assim, um dos papéis que a Universidade desempenha é o de fragmentar o pensamento, desvinculando saber e educação, minando qualquer tentativa concreta de tomada de decisão e participação dos agentes envolvidos (Chauí, 2001).

Essa “democratização” converte-se, portanto, em uma massificação baseada em uma concepção elitista do saber. Para Chauí (2001), se abre as portas para uma quantidade de estudantes cada vez mais emergente, ao passo em que não proporciona estruturas físicas e materiais, laboratórios, bibliotecas e corpo docente, para atendê-los. Temos implicitamente que a quantidade vigora sobre a qualidade, e qualquer saber é suficiente para formar mão de obra. Trata-se de produzir e treinar força de trabalho.

A articulação entre os poderes econômico e político da Universidade vai além do financiamento de pesquisas, pois em sua própria estrutura organizacional é marcada pela aliança universidade-empresa: “isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição” (Chauí, 2001, p. 56). Nesses moldes, a Universidade converte-se em uma organização cuja prática social é definida pela instrumentalidade e está intensamente vinculada ao processo de acumulação capitalista.

Deliberadamente fragmentado, o ensino superior cumpre sua função de empresarial, de manutenção do modelo capitalista, de reproduzir e consumir em detrimento do trabalho crítico de reflexão. Nas palavras da autora, institui-se “incompetentes sociais” submetidos à rede de autoridades. A educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço. Chauí (2003, p. 19) ressalta que:

O atual relacionamento entre universidade e sociedade reflete a “acumulação flexível de capital”, ou a globalização sob a hegemonia do capital financeiro, ao mesmo tempo em que reflete a presença da ideologia pós-moderna. Isto significa que a autonomia da universidade pública, que costumava ser definida em termos de rejeição da tutela pela religião e pelo Estado, precisa agora ser vista à luz da rejeição da tutela empresarial e das finanças (os quais, antidemocráticos, rejeitam a idéia e a prática da formação intelectual) Chauí (2003, p. 19).

Assim, a universidade deixa de ser vista como uma instituição e passa a ser vista como uma organização e, conforme esta visão, prevalece sobre a universidade um modelo de racionalidade e eficiência. Essa passagem da universidade institucional à organizacional recebeu seu primeiro impulso a partir da reforma educacional de 1968, determinada pelo governo militar<sup>2</sup>. De acordo com Martins (2009, p. 16), a reforma educacional de 1968 “produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro”. A reforma criou as condições necessárias para a modernização das universidades – a articulação entre pesquisa e ensino antes separados, a institucionalização da carreira acadêmica, a criação da política nacional de pós-graduação. Ao mesmo tempo, no entanto, essa mesma reforma possibilitou o surgimento de instituições de ensino isoladas, voltadas para a transmissão de conhecimentos profissionalizantes que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico.

Chauí (2001, p. 189, grifos da autora) circunscreve três etapas dessa mudança: “Numa primeira etapa tornou-se *universidade funcional*, em seguida, *universidade de resultados* e na terceira, *operacional*”. À vista disso, é importante ressaltar que esses três momentos marcantes da história recente da universidade brasileira correspondem, respectivamente, ao chamado “milagre econômico” conduzido pelo regime ditatorial militar na década de 1970, à posterior abertura política democrática do fim da década de 1985 e ao estabelecimento do neoliberalismo que demarca a década de 1990 em nosso país (Sobrinho, 2014).

De acordo com Chauí (2001), a universidade funcional priorizava a formação rápida de mão de obra, considerando o desenvolvimento industrial impulsionado pelos militares. Já a universidade de resultados foi pródiga na expansão privada, com o intuito de atender a demanda crescente da classe média, e impulsionou as parcerias com as empresas, de acordo com a tendência neoliberal.

Num terceiro momento, a universidade torna-se operacional, definida e estruturada por normas e padrões administrativos empresariais, inteiramente alheios à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências técnicas do mercado de trabalho e não para a produção do conhecimento. Tem como consequência o aumento de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos. A instituição é voltada para si mesma, feita para operar resultados (Chauí, 2001).

<sup>2</sup> A Reforma educacional referida efetivou-se mediante a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.



Nessa perspectiva, Sobrinho (2014, p. 69) explicita os efeitos práticos da influência neoliberal na educação superior: “De instituição de formação integral do ser humano, a universidade tende a ser instrumento do mercado”. Ao deslocar-se para os interesses empresariais sustentado pelo neoliberalismo, a universidade livre e autônoma para criar e criticar cede lugar ao capitalismo acadêmico<sup>3</sup>.

No entanto, enganam-se aqueles que, na via neoliberal, imaginam a universidade como lugar de conquista acadêmica autêntica sem compromisso social, e vice-versa. A universidade sem condição (Derrida, 2003) nos fornece algumas pistas acerca da tarefa de alinhar essas duas dimensões. “Sem condições”, a partir do filósofo, possui sentido afirmativo da potência da Universidade em ser livre, onde nada está livre de questionamentos, nem mesmo a própria democracia. Por essa razão, a Universidade tem a capacidade de opor-se aos poderes externos a ela, sejam eles estatais, políticos, econômicos, midiáticos, ideológicos ou religiosos. Enquanto espaço público – no sentido de tornar público o pensamento, de tudo dizer –, a Universidade se distingue das outras instituições na medida em que sua incondicionalidade é, sobretudo, ficcional em sua própria impossibilidade. Não existe de fato, mas permanece, a princípio, em seu lugar de resistência crítica, de promessa e compromisso.

Derrida (2003) retoma o conceito de trabalho para compreender a Universidade sem condições”. Recupera os sentidos do trabalho em suas raízes na história socioideológica cristã como instrumento de tortura – *tripalium* –, para pensá-lo além de uma ação ou prática, mas como algo que “pressupõe, engaja e situa um corpo vivo” (Derrida, 2003, p. 53). O fio condutor mais urgente é questionar a relação entre o trabalho e a Universidade. Ambos os autores, Chauí (2001) e Derrida (2003), embora partam de pontos de vistas diferentes, nos oferecem pistas acerca dessa tortuosa relação.

Há trabalhos cujos produtos são intangíveis, com valores de uso ou de troca não objetiváveis. Na Universidade, de modo geral, e nas Humanidades, de modo específico, Derrida (2003) nomeia estes trabalhos de *Obras*: obras de arte, de arte discursiva, literária ou canônicas. Além disso, entre todos os que são considerados como trabalhadores no interior da Universidade, os estudantes, enquanto tais, só serão assim considerados quando atrelados a um ofício ou profissão. O trabalho, aqui, deixa de carregar o peso neoliberal tão somente: não se trata de ofício, profissionalização e empregabilidade, embora esses conceitos possam nos causar certa semelhança. O trabalho não se reduz à atividade da produção, ato da produtividade.

Embora nem todo trabalho seja necessariamente performativo, isto é, não produza um acontecimento, é necessário professá-lo. Pois, em primeiro lugar, de acordo com Derrida (2003, p. 45), na atualidade “faz parte da definição tradicional da Universidade considerá-la como um lugar idêntico a si [...] que dá lugar somente ao ensino de um saber, ou seja, de conhecimentos cuja enunciação

---

<sup>3</sup>De acordo com Costa e Goulart (2018), o capitalismo acadêmico é uma categoria de análise a respeito de como as universidades respondem às tendências neoliberais, cuja primazia é tratar o ensino como um conjunto da política econômica. As autoras ressaltam a maneira como a universidade, em busca de formas de financiamento privado, se aproxima da lógica mercantil como norteadoras das práticas acadêmicas. Para além disso, podemos acrescentar em como tal estrutura adentra as mais diversas instâncias da universidade: seja do ponto de vista socioeconômico ou do recorte racial dos ocupantes das cadeiras mais privilegiadas, seja na pós-graduação em que a lógica capitalista se reproduz de múltiplas formas, o currículo lattes e a produtividade acadêmica aparecem como linhas de produção industrial.

não é, em princípio, performativa, mas teórica e constativa”. Acrescentaríamos ao saber constativo, a prática por si mesma, ao ensino tecnocrata e mercadológico que se interliga às exigências da organização empresarial.

Em segundo lugar, há, para Derrida (2003), mudanças em cursos que prometem perturbar as próprias definições de democracia, de trabalho e Universidade. A virtualização do trabalho, por exemplo, incide sobre a universidade, abala seus territórios e suas fronteiras disciplinares.

Com essas indicações, Derrida (2003, p. 49) anuncia:

Sustento, todavia, o seguinte: creio [...] que devemos reafirmar, declarar e professar continuamente a idéia de que esse espaço de tipo acadêmico deve ser simbolicamente protegido por uma espécie de imunidade absoluta, com se seu dentro fosse inviolável – embora a proteção dessa imunidade acadêmica [...] nunca seja pura. [...] Devemos reivindicar com todas as nossas forças essa liberdade ou essa imunidade da Universidade, e por excelência de suas Humanidades. Não somente de forma verbal e declarativa, mas com o trabalho, em ato e no que fazemos acontecer por meio dos acontecimentos Derrida (2003, p. 49).

Assim, a tarefa da Universidade “sem condições” é, por excelência, conhecer e pensar a própria história, a história do trabalho e suas implicações neoliberais, a história do saber, da ficção, da literatura, a própria noção de humanidade. Essa tarefa desconstrutiva não se limita às tradicionais fronteiras disciplinares ou departamentos. Ela empenha a desconstrução do conceito de democracia, soberania e autonomia da Universidade.

### **3. A UFCAT NO CONTEXTO DE UMA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA PARADOXAL**

Nascida da presença da Universidade Federal Goiás (UFG) na cidade de Catalão – GO, em 1983, para atender os interesses de projetos de extensão advindos de Goiânia, o Campus Avançado de Catalão começou a se estabelecer com a consolidação dos cursos de Letras e Geografia. A criação dos cursos, no entanto, só foi possível a partir do contrato de convênio entre Prefeitura de Catalão e UFG. Assim, a contraparte da Prefeitura resultou no investimento financeiro e pagamento de pessoal, ao passo que a coordenação dos processos seletivos de professores e a parte pedagógica assentavam na responsabilidade da UFG (Silva, 2009).

Portanto, a história da UFCAT reporta, além de outros elementos, ao programa de interiorização e expansão do ensino superior. Inicialmente, a proposta desta interiorização não se estendia à criação do Campus Avançado permanente, mas estava voltada sobretudo para atender as demandas locais e regionais de maneira transitória e temporária. A celebração do convênio entre Prefeitura e Universidade, assim como a elaboração de vestibulares para o Campus Catalão frustraram essa intenção. Assim, a Lei 13.634, de 20 de março de 2018 e Lei Complementar nº 173, de 2020 (Brasil, 2018) registram a criação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a partir do desmembramento da UFG.

Em transição desde 2020, a supernova universidade “já nasce com 35 anos de experiência no ensino, pesquisa e extensão” (Honório Filho; Pires, 2021, p. 1). Assim, tomamos a UFCAT como caso exemplar das tensões que descrevemos teoricamente. Não podemos, no entanto, definir a UFCAT sem nos remeter ao projeto de universidade que queremos para ela.



A UFCAT, segundo informações diretas da Diretoria de Registro Acadêmico e a Prefeitura da Universidade, conta atualmente com 3.500 estudantes, 450 servidoras/es efetivas/os entre técnicas/os-administrativos e professoras/es e 172 servidoras/es terceirizadas/os. Surge com uma cultura voltada para as ações afirmativas e demonstra preocupação com as políticas de permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Propõem políticas e propostas para uma inclusão efetiva, apesar de suas tensões.

A UFCAT, portanto, move-se para além de uma instituição de ensino cujos movimentos a condenariam à mera reprodução, incapaz de corresponder aos desafios postos por nossa sociedade. Não é uma empresa e deve combater o produtivismo, apesar de se encontrar no cerne dessa discussão e, por vezes, ceder a projetos de financiamento empresarial. Não deve subordinar-se a partidos políticos, mas antes conferir a si mesma a possibilidade de exercício e luta política.

No que diz respeito às relações de trabalho, na UFCAT, assim como em outras instituições públicas de ensino superior, grande parte dos cargos administrativos encontra-se terceirizados. Tal aspecto consiste em um dos principais indicadores da precarização em termos de direitos trabalhistas. Legalmente as instituições públicas só podem terceirizar as atividades de apoio (atividade-meio), por exemplo: os cargos de auxiliar de serviços gerais (envolvidos na limpeza das dependências) e vigias diurnos e noturnos (responsáveis pela vigilância dos patrimônios). Por outro lado, a subcontratação das funções relacionadas à atividade principal (atividade-fim), como professoras/es e pesquisadoras/es é vetada.

Nesse sentido, o dossiê da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2014) sobre os impactos da terceirização do trabalho aponta que em média, uma trabalhadora ou trabalhador em regime de subcontratação recebe 25% menos em salário e trabalha 7,5% a mais na totalidade do tempo e a permanência no emprego corresponde à metade do período em comparação ao pessoal do quadro efetivo. É possível citar ainda outras questões marcantes sobre o trabalho terceirizado: a fragmentação da representação sindical e desintegração dos coletivos de trabalho; perda de direitos pelo enquadramento como trabalho temporário; alta rotatividade baseada na descentralização da atividade produtiva; perda de direitos das categorias (Druck, 2013). Um exemplo relativo à perda de direitos das categorias consiste na “troca de crachás”, quando a empresa contratada, muitas vezes antes de completar um ano de serviços prestados, declara falência e rompe o contrato e as/os mesmas/os trabalhadoras/es são contratadas/os por outra empresa terceirizada que a substitui, não tendo mais direito ao tempo total dos serviços prestados na instituição, acabam também sem direito às férias. Uma pesquisa realizada por Barbati e colaboradores (2016) com trabalhadoras/es terceirizadas/os de uma universidade pública brasileira mostra que o processo de terceirização é produtor de fortes riscos para a saúde dessas/es trabalhadoras/es.

Contudo, a universidade não configura mero projeto burocrático ou empresarial. É, antes de mais nada, uma obra em andamento. Além disso, a UFCAT não é objeto ou espaço arquitetônico tão somente, cuja verdade possa ser estabelecida definitivamente. Mas sim uma multiplicidade de sujeitos cujos sentidos e projetos atribuídos devem estar em permanente negociação: é lugar privilegiado de mediação.

Está presente em seu discurso a tensão entre o modelo de uma universidade e a permanência de estruturas isoladas de projetos distintos. Tais políticas em confronto oscilam, ora entre

um projeto verdadeiramente progressista enquanto lugar privilegiado e público de produção de conhecimento e formação, ora em projetos que, como diria Salles (2020, p. 15) “[...] instrumentais que lhe retiram a singularidade e não distinguem as tarefas acadêmicas voltadas a projetos estratégicos da sociedade dos interesses postos pelo mercado de trabalho”.

Tal como outras universidades recém-criadas, não é uma instituição consolidada em um vale do silício – formando um território de empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico. Carece de recursos, já que “formar, ensinar, pesquisar e prestar serviços de qualidade é missão complexa e cara, que solicita muito e contínuo investimento” (Salles, 2020, p. 21). Porque, historicamente subordinada à formação de elites intelectuais e dirigentes, é crescente a posição política da universidade aliada aos interesses elitistas sem considerar a diversidade cultural e epistemológica, além da proposta emancipatória da sociedade. São posições que cedem ao interesse do financiamento privado e colocam em xeque a autonomia da universidade enquanto espaço público, gratuito e inclusivo.

Também está presente em sua constituição, a preocupação com a expansão do ensino superior. Expansão que perfaz uma tarefa histórica com a significativa interiorização e federalização, mas que não concretiza sem dificuldades que devem ser enfrentadas em cooperação e não em competição com as demais instituições que compõem o ensino superior federal do estado de Goiás.

As universidades, sobretudo em algumas regiões brasileiras, são projetos ainda recentes. É território de disputa. No entanto, não podemos recusar a diversidade que exprime as universidades de modo geral e a UFCAT de maneira particular, nem as multiplicidades de áreas de saber, cujos recursos são desiguais. Assim como pontua Salles (2020, p. 19):

É lugar de produção de privilégios e de persistência estrutural de autoritarismos, mas é também, da melhor e mais profunda forma, lugar de ampliação de direitos e de combate a todas as discriminações. É, pois, lugar da liberdade e da democracia, contra todas as evidências e as circunstâncias. Salles (2020, p. 19).

Enquanto lugar diverso e único, a universidade no interior de Goiás é uma aposta no combate às desigualdades, na produção de ciência e arte. Assim definida como lugar democrático, espaço contraditório e conflituoso, mas também poroso e colaborativo, queremos crer em sua autonomia e no interesse emancipatório do comum.

Em meio a essas tensões, a UFCAT tampouco deixou de contemplar a assistência estudantil. Atualmente conta com restaurante universitário, inaugurado em 2015, fase de transição entre UFG e UFCAT, isto é, implementado durante o processo de discussão sobre a sua emancipação. Por outro lado, a Moradia Estudantil, inaugurada em 2021 e que abrange 128 estudantes, trata-se de uma conquista que, embora adiada por gestões anteriores, reflete a luta dos movimentos estudantis. Ambos, Moradia Estudantil e Restaurante Universitário, são resultados de árduo processo e ao mesmo tempo inauguram a fase de implantação da UFCAT.

Além deste exercício democrático, a universidade propõe políticas estudantis a partir da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PRPE-UFCAT), do Setor de Apoio Pedagógico aos Estudantes (SEAES/UFCAT) e da Secretaria de Ações Afirmativas (SEAF-UFCAT) entre outros órgãos, onde de-



envolvem-se programas como o “UFCAT-INCLUI” o qual gera uma vaga extra em cada curso onde houver demanda indígena e quilombola, quando oriundas/os de escola pública.

A ampliação do acesso à universidade demonstra mudanças emergentes no cenário e desenvolvimento das universidades brasileiras. Embora seja um marco importante das políticas afirmativas, o estabelecimento da lei de cotas – Lei 12.711/12, (alterada pela Lei 13.409/16) – garante apenas o ingresso do estudante nas instituições federais e não considera os aspectos que envolvem sua permanência. Neste cenário, a implementação de políticas institucionais que visam o apoio pedagógico sedimenta propostas de acompanhamento do processo de formação dos discentes.

Dentre tais políticas de ações afirmativas, duas iniciativas merecem destaque. Primeiramente, a criação do “Travessia: grupo de acolhimento”, que é destinado a estudantes da Graduação da UFCAT e tem o objetivo de promover um espaço de acolhida, reflexão, informação e apoio acadêmico. Enquanto espaço de suporte, o grupo visa o acolhimento, interação e instrução acerca da vivência universitária. Em parceria com o departamento do curso de Psicologia, o grupo se instaura remotamente no contexto da pandemia de COVID-19 com vista à orientação a partir das vivências e trajetórias dos/as estudantes na universidade, ao passo que pretende ampliar novas possibilidades entre alunos, docentes e gestores (Guimarães; Erbs, 2022).

Com atenção às demandas e realidades distintas, o “Baquara: programa de acompanhamento acadêmico aos discentes indígenas e quilombolas”, oferece oportunidades que contribuem para a permanência e inclusão das/dos estudantes a partir de suas necessidades educacionais, planejamento e organização de sua trajetória acadêmica. Atualmente, a universidade acolhe 56 estudantes indígenas e quilombolas. O projeto conta com a participação dos/as estudantes de Pós-Graduação *Stricto Sensu* por meio de tutorias. Assim, o Baquara considera o acompanhamento pedagógico a partir de suas especificidades, como organizações comunitárias, costumes, crenças e tradições. Dentre os objetivos do programa destaca-se a contribuição para inclusão, permanência e sucesso acadêmico, visando minimizar a evasão dos/as alunos/as indígenas e quilombolas, bem como auxiliar no desenvolvimento de estratégias diante da rotina universitária por meio do diálogo intercultural (Guimarães; Erbs, 2022).

Apesar dos destaques, não temos a intenção de perpetuar uma imagem idílica da universidade. Pois esta consiste também em um lugar de reprodução de privilégios elitistas, de preconceitos enraizados, discriminações silenciosas ou explícitas. Se sufocada, aquilo que lhe define – a saber, o público, o comum, a democracia –, também pode ser hostil ao pensamento e a repetição toma conta de seus processos de criação (Salles, 2020).

#### **4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

Ao longo deste artigo, procuramos discutir as tensões e desdobramentos entre a democracia e o neoliberalismo a partir do contexto universitário, tomando a UFCAT como estudo de caso. Trata-se de compreender como a universidade pública brasileira, enquanto projeto historicamente vinculado a ideais democráticos, é atravessada por forças neoliberais que impactam sua autonomia, sua estrutura organizacional e sua função social.

A UFCAT, como instituição recém-criada, não escapa à tais contradições. Se, por um lado, sua emancipação da UFG representa um avanço na interiorização do ensino superior e na democratização do acesso, por outro, ela surge em um contexto marcado pela precarização das condições de trabalho, pela crescente dependência de lógicas mercadológicas e pela terceirização de serviços essenciais. Assim, a UFCAT exemplifica as ambiguidades da universidade pública contemporânea. Por um lado, amplia o acesso e permanência no ensino superior, além de fomentar políticas de inclusão com programas como o “UFCAT-INCLUI”, Setor de Apoio Pedagógico aos Estudantes e Secretaria de Ações Afirmativas. Por outro lado, enfrenta desafios estruturais que colocam em xeque sua capacidade de resistir às pressões neoliberais, como a precarização das condições de trabalho por meio da terceirização e da sobrecarga de docentes, a insuficiência de financiamento que compromete sua autonomia, a imposição de métricas produtivistas que subordinam o ensino e a pesquisa a lógicas mercadológicas.

Além disso, evidenciamos que a relação entre universidade e democracia não é unívoca. A UFCAT, como espaço de produção e disputa do conhecimento, pode tanto reforçar desigualdades quanto atuar como espaço de transformação.

Assim, ao final deste percurso vislumbramos as palavras “democracia” e “autonomia” enquanto projetos que não devem ser mobilizados em vão, pois, antes de tudo, elas expressam conceitos fundamentais para a universidade pública. Tais palavras só têm sentido quando articuladas a garantia e o respeito a decisões tomadas segundo a própria dinâmica da instituição, em conformidade com seus critérios e necessidades. Embora ainda vigore a rigorosa separação da gestão e processos decisórios e a comunidade acadêmica, suas decisões não devem ser heterônimas a elas ou impostas por vontade externa.

Não é possível separar a universidade da lógica que rege as instituições de nossa sociedade. Ela não é uma entidade suspensa das relações políticas que a rodeiam. Da mesma forma, a democracia ganha contornos a partir dos sentidos políticos atribuídos a ela. Enquanto instituições sociais, realizam e exprimem de acordo com a sociedade da qual estão inseridas. São apenas uma realização historicamente determinada da democracia e da universidade.

A universidade encontra-se internamente organizada de acordo com o modelo capitalista: participa ativamente da divisão social do trabalho entre o trabalho intelectual e do manual, assim como a cisão entre os processos decisórios e sua execução. Embora possa ser lugar de reprodução de saberes, de lógicas neoliberais e empresariais, de diferenças de classe e competição por posições ou recursos, guarda em si o território da criatividade, produção científica e produção artística. Precisa ser pensada para além de sua condição atual, como uma aposta utópica, ou como diria Derrida (2003), como uma profissão de fé. É, portanto, fundamental que as tensões entre neoliberalismo e democracia sejam enfrentadas de maneira crítica, reconhecendo que a universidade não é apenas reflexo das dinâmicas sociais, mas também ator capaz de transformá-las.

## 5. REFERÊNCIAS

BARBATI, Vinicius de Moura; HENRIQUES, Flávio Chedid; GUIMARÃES JUNIOR, Sergio Dias; OLIVEIRA FERREIRA, João Batista de. Capturas e resistências à terceirização: estudo com trabalhadores de



uma universidade pública. **Trabalho (En)Cena**, v. 1, n. 2, p. 110–127, 2017. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2925>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm). Acesso em dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018. **Criação da Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13634.htm). Acesso em: dez. 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em dez. 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos EBAPE**, v. 16, n. 3, p. 396–409, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395165788>. Acesso em: dez. 2023.

CUT, Central Unificada dos Trabalhadores Brasil. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DERRIDA, Jacques. **A universidade sem condição**. Tradução Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DRUCK, Graça. A Precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 55-73.

GUIMARÃES, C. F.; ERBS, R. T. C. Acolhimento e acompanhamento de estudantes na universidade: conquistas da pandemia In: **Anais do VI CIM: O que a pandemia nos ensinou? Dos desafios do ensino remoto à problematização do ensinar-aprender na educação superior e tecnológica**. Anais. Diamantina (MG) UFVJM, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vicim2022/491908-acolhimento-e-acompanhamento-de-estudantes-na-universidade-conquistas-da-pandemia/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

HONÓRIO FILHO, Wolney; PIRES, Ana Paula Dias. Narrativas sobre a Universidade Federal de Goiás em Catalão 1986-2002. **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. e021006, 2021. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1082>. Acesso em: dez. 2023.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: dez. 2023.

NAGLE, Jorge. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. IN: NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, p. 95-188.

SALLES, João Carlos. **Universidade pública e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, M. J. **A história do campus Catalão UFG –1983-2002**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

SOBRINHO, José Dias. Gestão Universitária: contradições entre privado e público. **Revista FORGES**, v. 1, n. 1, 2014, p. 67-85. Disponível em: <https://edicoes.aforges.org/index.php/revista/issue/view/12>. Acesso em: dez. 2023.

### Como citar – ABNT

PIRES, Ana Paula Dias; CONCEIÇÃO, Ludmilla Jardim da; ERBS, Rita Tatiana Cardoso. Entre a democracia e o neoliberalismo: reflexões sobre a construção da Universidade Federal de Catalão. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025007, Dezembro, 2025. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74947>

### Como citar – APA

Pires, A. P. D., Conceição, L. J. da., & Erbs, R. T. C. (2025). Entre a democracia e o neoliberalismo: reflexões sobre a construção da Universidade Federal de Catalão. *Revista Poiesis Pedagógica*, 23, e2025007. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74947>

## Apêndice – Informações sobre o artigo

### Histórico editorial

**Submetido:** 10 de fevereiro de 2025.

**Aprovado:** 30 de junho de 2025.

**Publicado:** 13 de dezembro de 2025.

### Conflito de interesse

Nada a declarar.

### Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

### Contribuição dos autores

**Resumo/Abstract/Resumen:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Introdução ou Considerações iniciais:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Referencial teórico:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Metodologia:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Análise de dados:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Discussão dos resultados:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Conclusão ou Considerações finais:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Referências:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Revisão do manuscrito:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs; **Aprovação da versão final publicada:** Ana Paula Dias Pires, Ludmilla Jardim da Conceição, Rita Tatiana Cardoso Erbs.

### Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

### Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.





---

#### Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



---

#### Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



---

#### Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

---

#### Editora

Cláudia Tavares do Amaral

---

#### Editor Convidado

Carlos Augusto de Medeiros

---

#### Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



---

#### Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

